

Do “autonomismo” ao “Estatismo”: Considerações sobre a trajetória política e intelectual de Álvaro García Linera

Del “autonomismo” al “Estatismo”: Consideraciones sobre la trayectoria política e intelectual de Álvaro García Linera

Danilla Aguiar*

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil

jdaniillaaguiar@hotmail.com.

RESUMO

García Linera aparece como figura fundamental na política boliviana do século XXI como porta-voz de um grupo no poder. Vice-presidente há mais de uma década junto a Evo Morales, destaca-se como um dos intelectuais mais emblemáticos do país e da América Latina. Sua trajetória política e intelectual perpassa a atuação no Exército Guerrilheiro Tupac Katari, no Grupo Comuna e docência, para então lograr ocupar um dos postos mais altos do Estado boliviano. Contudo, é possível observar mudanças em seu pensamento e ação política em relação ao aparelho do Estado. Se antes havia uma tendência a enxergá-lo como um instrumento de dominação política, agora figuraria como único meio de consolidar hegemonia alcançada pelo seu partido, o MAS, evitando o retorno das antigas classes dominantes, mesmo que sob pena do afastamento dos movimentos sociais da dinâmica do governo. Pretendemos abordar tais contradições, entendendo que essas mudanças refletem politicamente na Bolívia contemporânea.

Palavras-chave: Estado, Bolívia, hegemonia, García Linera.

ABSTRACT

García Linera appears as a fundamental figure in Bolivian politics of the 21st century as a great spokesman for a group in power. Vice President for more than a decade with Evo Morales, stands out as one of the most emblematic intellectuals of the country and Latin America. His political and intellectual trajectory runs through the Tupac Katari Guerrilla Army, the Commune Group and teaching, to be able to occupy one of the highest positions in the Bolivian state. However, it is possible to observe changes in his thinking and political action in relation to the state apparatus. If before there was a tendency to see it as an instrument of political domination, it would now appear as the only means of consolidating hegemony achieved by its party, MAS, avoiding the return of the old ruling classes, even if under penalty of remoteness from the social movements of dynamics of government. We intend to address such contradictions, understanding that these changes reflect politically in contemporary Bolivia.

Keywords: State, Bolivia, hegemony, García Linera.

*Pós-doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/Brasil). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UFRN/Brasil. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas PRÁXIS: Estado e Luta de Classes na América Latina

Recibido: 17/02/2019 Aceptado: 28/05/2019

RESUMEN

García Linera aparece como figura fundamental en la política boliviana del siglo XXI como gran portavoz de un grupo en el poder. Vicepresidente hace más de una década junto a Evo Morales, se destaca como uno de los intelectuales más emblemáticos del país y de América Latina. Su trayectoria política e intelectual atraviesa la actuación en el Ejército Guerrillero Tupac Katari, en el Grupo Comuna y la docencia, para entonces lograr ocupar uno de los puestos más altos del Estado boliviano. Sin embargo, es posible observar cambios en su pensamiento y acción política en relación al aparato del Estado. Si antes había una tendencia a verlo como un instrumento de dominación política, ahora figuraría como único medio de consolidar hegemonía alcanzada por su partido, el MAS, evitando el retorno de las antiguas clases dominantes, aunque bajo pena del alejamiento de los movimientos sociales de la sociedad dinámica del gobierno. Pretendemos abordar tales contradicciones, entendiendo que esos cambios reflejan políticamente en la Bolivia contemporánea.

Palabras clave: Estado, Bolivia, hegemonía, García Linera.

Introdução

Álvaro García Linera aparece como figura fundamental na política boliviana do século XXI como o porta-voz de um grupo no poder. Hoje, vice-presidente da Bolívia há mais de uma década sob o governo masista, “co-piloto” de Evo Morales¹, é um dos intelectuais mais destacados do país. Sua trajetória política e intelectual perpassa a atuação no Exército Guerrilheiro Tupac Katari, no Grupo Comuna e docência, para então lograr ocupar um dos postos mais altos do Estado boliviano. Com formação em matemática e sociólogo autodidata, García Linera tem promovido a publicação de importantes obras marxistas, assim como sobre a política boliviana e também tem representado para muitos o “intérprete do complexo processo político e social iniciado em 22 de janeiro de 2006, com a chegada de Evo Morales ao governo” (Svampa, *et. al.*, 2010: 13). Desde então, atua como um conciliador de classes, interlocutor de um diálogo permeado de tensões e contradições entre a incipiente burguesia local, parte dos movimentos de camponeses e indígenas e a classe média urbana.

No ano de 2012, em uma palestra na Venezuela, García Linera (2012) utilizou-se da premissa zapatista “*Gobernar obedeciendo*” que tanto fez parte dos discursos de Evo Morales em sua primeira eleição. O vice-presidente sustenta que a soberania de Estado na Bolívia hoje está vinculada à soberania do povo, que se manifesta não só a cada cinco anos, mas também cotidianamente, ao expor as necessidades e expectativas quanto aos rumos do país. Para o autor, a “revolução democrática e cultural” que está em curso desde 2005 com a eleição da chapa apresentada pelo *Movimiento ao Socialismo/MAS* significa a quebra da democracia pactuada para que entre em cena o governo dos movimentos sociais – principalmente o movimento indígena, forma como ele mesmo classifica o “evismo”². Contudo, é possível observar a grande mudança no pensamento e principalmente na ação política de García Linera em relação ao aparelho do Estado, contemporaneamente denominado Estado Plurinacional na Bolívia, de acordo com a constituição em vigor desde 2009. Se antes havia a tendência a enxergar o Estado como uma estrutura de dominação política, agora o Estado serviria como único meio de consolidar a hegemonia conseguida por seu partido, evitando o retorno das antigas classes dominantes, mesmo que ao custo do afastamento dos movimentos sociais da dinâmica do governo.

Problematizamos se há um fio condutor na formação intelectual e atuação política do boliviano, se há apenas uma mudança no seu “lugar de enunciação” (Torres López, 2019) ou uma ruptura com as concepções revolucionárias que marcaram sua juventude e entrada no marxismo.

Longe de esgotar o debate sobre a obra do autor e seus reflexos em suas ações políticas, este trabalho indica hipótese que o vice-presidente, ao reivindicar um novo marxismo crítico, se aproxima de uma revisão do marxismo que prega a centralização estatal e o “elogio da derrota” da classe trabalhadora em processos revolucionários (Schavelzon, 2018). Para isso, é discutido o conceito de revolução – tema para o qual dedicou um livro no centenário da Revolução Russa, em 2017 – para o intelectual e político boliviano, assim como suas leituras atuais sobre o Estado. Estaria, neste momento, amparado por toda constitucionalidade contra a qual lutava na década de 1980. Partindo do seu entendimento acerca da importância do Estado hoje, pretendemos trazer ao debate as contradições na trajetória política e intelectual de Álvaro García Linera, entendendo que essas mudanças refletem politicamente na Bolívia contemporânea.

1 Denominação utilizada por Pablo Stefanoni em seu prólogo para a biografia política e intelectual de García Linera (Stefanoni, Ramírez, Svampa, 2009).

2 Definido por García Linera como uma estratégia de poder coletiva, mesmo que o núcleo forte parta de uma pessoa. Estratégia fundada nos movimentos sociais, reavendo os marxismos existentes, subordinando-os ao indigenismo (García Linera, 2006; Stefanoni, 2006; Orellana Aillón, 2006).

Do autonomismo à política boliviana contemporânea

A trajetória de Álvaro García Linera é marcada por diversos momentos importantes de lutas sociais na Bolívia e se inicia em final dos anos 1970, mais precisamente em 1979, na capital La Paz, ano de grandes mobilizações, marcante em sua carreira intelectual e no ambiente de politização que começava a se inserir. Nos anos de 1980, quando estudava em Cochabamba – cidade de seu nascimento – atua em prol da revitalização da Central Operária Boliviana (COB), entre estudantes e trabalhadores. Durante sua época de estudante se envolve em atividades políticas que se desenrolavam no meio estudantil, mesmo estando vinculado a um curso que, por fazer parte do *hall* das “ciências duras” não possui uma ligação orgânica com o horizonte de transformação da sociedade.

Posteriormente viaja para o México – episódio fundamental em sua formação política e militante – e continua seus estudos em matemática, junto à Raquel Gutierrez, professora e também militante mexicana que veio a ser sua companheira. A leitura realizada por García Linera nesta época era que, à exceção da Bolívia indígena vivida em 1979, não teria havido uma esquerda de fato organizada no país, tudo que havia se ensaiado seria caracterizado por ele como uma “esquerda de manual” (García Linera, 1999). Suas primeiras aproximações com o movimento indígena se deram em Cochabamba, muito embora visitasse bastante La Paz para passar fim de ano com os parentes. Através desta vivência em vários departamentos do país, o medo e o racismo exacerbado fizeram parte de seu cotidiano de percepção e foram fundamentais para forjar sua leitura do que realmente era a Bolívia separatista e todas as chagas sociais decorrentes de uma formação econômico-social atravessada pela colonização. Viu o racismo em uma dimensão dramática, através dos símbolos, da linguagem e da divisão da Bolívia. Para ele foi muito importante entender essa divisão, posteriormente convertida em um esforço para entender o indígena, a comunidade e seus horizontes de autonomia. Esse foi o tema de seu primeiro livro, *Forma valor y forma comunidade: aproximaciones teórica-abstractas a los fundamentos civilizatorios que preceden el ayllu universal*, de 1995, e segue como um prisma de leitura em suas obras até os dias de hoje (García Linera, 2015). Nesta época já se dizia de influencia ideológica marxista, estudado a Revolução Russa, o marxismo das formas de apresentação armadas e práticas de mobilização, o marxismo como ferramenta de compreensão da realidade, mas com “espírito aberto”. Em suas palavras, não se tratava de um marxismo com o qual manejava grande parte da esquerda do país (o Partido Comunista, Partido Operário Revolucionário, Movimento de Esquerda Revolucionária)³, com pensamento esquematizado, que seguia um marxismo de manual. Por isso quis formar outro grupo, que para García Linera não partia de um “marxismo que partia da esquerda ortodoxa”, mas um marxismo crítico frente à realidade, a partir das próprias características da ordem existente em seu país.

Vinculou-se à corrente do indianismo katarista, que emergiu nos anos 70, onde “conheceu grande parte oculta do país”. Filia-se ao Exército Guerrilheiro Tupak Katari (doravante EGTK), junto com Raquel Gutierrez, onde conhece Felipe Quispe, um político e ativista indígena. Quispe, também chamado de *el ultimo Mallku*, que significa autoridade originária, em aimará, foi candidato à presidência em 2002 e 2005 pelo Movimento Indígena Pachacuti (MIP)⁴, rejeitando a aliança com o MAS e Morales, apesar de ter convidado García Linera para ser seu vice e de García Linera também ter tentado fazer uma aliança entre o MAS e o MIP. Quispe queria mais do que uma alternativa de esquerda partidária e com aliança com setores da classe média, por isso propôs uma alternativa indigenista radical.

A partir da combinação entre o EGTK, o movimento indígena camponês, que toma força no nível sindical, político e eleitoral no início dos anos 80, há uma radicalização da demanda por uma estrutura política clandestina. A parte armada com o EGTK foi um elemento em meio de outras atividades, pois participava também de congressos camponeses, mineiros, da COB, produzia folhetos, livros de sua autoria também eram lançados, como uma estrutura de elaboração de teoria e de difusão de documentos. Para o EGTK e seus membros, não era possível continuar com as atuais estruturas de organização da sociedade. Podiam em algum momento ter um levantamento geral, um levantamento das comunidades onde se construíam territórios, com armas. O modelo de organização

3 Sobre o tema, concordamos com a afirmação de Rodrigo Santaella que indica que “é dos trotskistas, principalmente vinculados ao POR, a produção historiográfica e teórica mais completa a respeito do movimento de massas na Bolívia no século XX, e por outro lado é inegável a contribuição do POR para a revolução de 1952 e para o processo de conscientização política da população subalterna boliviana, para além do proletariado” (Santaella Gonçalves, 2011: 5), mesmo que, ao fim, não participe também dos processos eleitorais, e não logre, por motivos vários, colocar em prática suas consignas.

4 Também foi deputado em 2004 – renunciando ao cargo como protesto contra a corrupção – e secretário-geral da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB). Deixou claro que seu objetivo junto ao MIP era fundar a “República de Qullasuyo”, uma nação indígena independente e soberana, um projeto claramente autonomista. É visto como um radical indianista que, apesar de ter sido apresentado em sua formação (na década de 1960) a uma esquerda clássica como Marx e Lenin, seguiu os passos de Fausto Reynaga em seu etnocentrismo e também de Tupac Katari. Foi justamente esta influência histórica de líderes indígenas como Tupac Katari e Tupac Amaru que distinguiu Felipe Quispe dos outros companheiros. O político aimará tornou-se um importante guerrilheiro, defensor da luta armada, e desempenhou na Bolívia um papel chave nos conflitos de 2000 e 2003 (Guerra da Água e primeira Guerra do Gás), tornando-se um líder indígena fundamental na derrocada presidencial de Gonzalo Sánchez de Lozada, por exemplo.

indígena o qual se espelhavam, era o levantamento, a tomada do poder local estendido ao nível departamental. A intenção era cercar as cidades, tomar o poder, e a intenção do EGTK não era conduzir essas rebeliões, mas, reforçá-las através das próprias estruturas organizativas, os sindicatos, os *ayllus*.

Em 1999, pouco tempo após sair da prisão, acusado de participar de insurreições armadas como membro do EGTK⁵, iniciou a carreira de docente universitário de sociologia. Utilizou-se do seu tempo de encarceramento para debruçar-se em leituras de cunho econômico-filosófico, de influência marxista. Em meados das décadas de 1980 e 1990 há uma radicalização do pensamento de Linera em direção à necessidade de incorporar o indígena e a comunidade aos processos de democracia que deviam ser radicalizado. Não haveria revolução sem incorporar os grupos historicamente subalternos marcados pela não-branquitude.

Também integrou o grupo Comuna, que agrupou pensadores bolivianos em torno dos estudos sobre “as novas lutas indígena-populares posteriores à derrubada da Central Operária Boliviana como núcleo hegemônico do mundo subalterno boliviano” (Stefanoni, 2010:10). O grupo Comuna reuniu intelectuais que baseavam suas ideias em um marxismo mais aberto, com grande influência de autores que se denominavam marxistas no século XX – incluindo fundamentalmente o boliviano René Zavaleta Mercado –, além das correntes mais distantes do marxismo, buscando a partir da desarticulação do operariado mineiro a possibilidade do camponês e do indígena voltar a exercer um protagonismo na luta política, como sujeitos de poder. Contesta, fundamentalmente, uma “esquerda que não via índios, mas somente proletariado, classe média e camponeses” (Gallegos, Stefanoni e Svampa, 2009:13).

Em sua fundação, faziam parte do grupo Álvaro García Linera, Raquel Gutiérrez, Luis Tapia, Raúl Prada e Oscar Veja. Tapia e Prada, junto com Linera, participaram ativamente do processo da Assembleia Constituinte durante o primeiro governo do MAS. Segundo Pablo Stefanoni, o Grupo Comuna foi um grupo político-intelectual que, em suas publicações, incorporaram elementos teóricos das “novas esquerdas”, e da “sociologia dos movimentos sociais e da filosofia crítica” (Stefanoni, 2006: 10). Além da pluralidade de diálogos com o marxismo frente à reestruturação do mundo do trabalho causada pelo advento do neoliberalismo e o avanço de pautas identitárias, houve uma efervescência dos debates não só de identidade, mas também de territorialidade dos povos indígenas. Essa necessidade da atualização do pensamento marxista acaba resultando também em aproximações com o pensamento pós-moderno e pós-estruturalista, sendo Guilles Deleuze, Michael Foucault, Pierre Bourdieu e Toni Negri grandes inspirações do Comuna.

Trazendo a temática étnica à tona, buscaram “analisar a conjuntura de mobilizações que colocou em crise o Estado boliviano e levou, nas eleições de 2005, à vitória eleitoral de um partido (...) que congregava interesses diversos dentre os setores subalternos do país” (Santaella Gonçalves, 2011:09). Este grupo mantinha uma boa relação com o MAS até os levantes de outubro de 2003, influenciou em certa medida o governo Evo e junto com o partido do governo estruturaram o “*Estado Mayor del Pueblo*”, que muito tem contribuído com a difusão teórica sobre o Estado, democracia e indigenismo na Bolívia⁶.

O teórico do Estado Plurinacional da Bolívia

O papel exercido pelo Estado nesta nova fase em busca de autonomia e desenvolvimento econômico passa a ter fundamental importância, determinando também os rumos políticos encarados por um processo que, em discurso, enuncia procurar combinar a aprendizagem derivada de uma longa experiência desenvolvimentista com as preocupações com a estabilidade econômica local. No caso boliviano, o Estado Plurinacional é o grande projeto que alavancou a campanha e eleição de Evo Morales e Álvaro García Linera com o Movimento ao Socialismo – MAS, e que, pautado em um novo texto constitucional, busca responder institucionalmente às antigas demandas pelo reconhecimento a multiculturalidade de seu país, bem como a necessidade de nacionalização de seus recursos naturais, principal fonte de renda econômica na Bolívia, assim como acontece em vários países da América Latina. Porém, existem ressalvas quanto à continuação e efetivação dessa suposta recondução tomada por parte do governo para se mudar a realidade do país, no que se trata da abertura ao neoliberalismo e às empresas multinacionais.

5 Como já mencionado, foi um dos integrantes do EGTK, ao lado de Felipe Quispe, importante político e ativista indígena de descendência aimará, também chamado de *el ultimo Mallku*, que em aimará significa autoridade originária, candidato à presidência em 2002 e 2005 pelo Movimento Indígena Pachacuti - MIP, quando rejeitou a aliança com o MAS, pode-se (por vezes o autor usa forma pessoal na escrita, como agora, por ora usa a primeira pessoa do plural. Sugiro padronizar a escrita. Particularmente prefiro na forma impessoal) identificar em suas ideias alguns aspectos etnocentrista, por sua radicalidade indianista.

6 Posteriormente, à exceção de García Linera, os mais expressivos membros do Comuna – Luis Tapia e Raúl Prada – passaram a compor oposição ao governo Evo, por entenderem que este se aproveitou de uma conjuntura dada pelo fracasso do sistema político vigente, onde os partidos se revezavam no poder, para monopolizar o poder eleitoral de maneira rápida, distanciando-se da democracia direta e dos indígenas, assim como da administração de recursos naturais de maneira coletiva, como fizeram os povos indígenas.

Nas palavras de García Linera, a “transformação” vivida pelo Estado boliviano contemporâneo é um processo revolucionário, democrático e cultural, porém, com tensões internas e com momentos de luta, que seguem existindo e que marcam o “*horizonte de época*” conflitivo entre Estado Plurinacional, regime autônomo e industrialização dos recursos naturais num contexto de uma economia plural. A emergência do evismo, para García Linera, representa uma nova fase do processo revolucionário iniciado em 2000, onde outras fases ainda virão (García Linera, 2011:12-13).

A primeira fase iniciou-se com a “Guerra da Água” e foi marcada pela “*ruptura con todo el consenso pasivo que el neoliberalismo había construido en 15 años*” e que aprofundou as privatizações no país, um período de dominação estatal neoliberal insustentável que causou o “*develamiento de la crisis de Estado*” e propiciou a emergência das mobilizações sociais e o início de sua derrocada do Estado patrimonial sob os marcos restritos do capitalismo. Já a segunda etapa, caracterizou-se com o “*empate catastrófico*” de constituição de um bloco social que durou de 2003 a 2008, onde dois blocos no poder dividiam a hegemonia e disputavam antagonicamente as condições de dominação. O vice-presidente classifica essa etapa de catastrófica justamente por não unificar os “*proyectos de sociedad, de Estado y de economía, portadores de dos voluntades de poder irreconciliables*” (García Linera, 2011:16).

A terceira fase acontece em paralelo com a segunda, logo que se dá a eleição do governo masista encabeçado por Evo Morales em 2005, quando os subalternos tomaram o poder e viraram presidentes. É uma radicalização da fase anterior, segundo o próprio Linera e por isso leva o nome de “*capacidadde movilización convertida en presencia estatal gubernamental*”. O quarto momento, o *punto de bifurcación*, “*a partir del cual el capital ya no puede reproducirse como lo hacía hasta entonces*” (García Linera, 2008: 81), tem como marco o ano de 2008 em que se resolve entre os blocos conflitivos qual deles se estabelecerá no poder. Foi nesse ano que se firmou a hegemonia evista com o fracasso da tentativa golpista direitista formada na região da “meia lua”⁷ e consolidou-se através de um referendo convocatório, que legitimou a permanência do presidente eleito no cargo.

A quinta e decisiva fase, vivida hoje na Bolívia sob a hegemonia evista (nas palavras de Linera), consiste na emergência das “*contradicciones creativas*”. É o momento em que as tensões acontecem dentro do setor que protagonizou o processo de mudanças desde o fim da democracia pactuada, no interior do bloco nacional-popular que se consolida no poder, conforme demonstrado nos últimos índices eleitorais, quando Evo Morales conseguiu aumentar a quantidade de bolivianos votantes a seu favor. García Linera explica que são tensões criativas porque são subjacentes ao processo revolucionário que auxiliam e são fundamentais para o seu desenvolvimento como forças produtivas objetivas e subjetivas à revolução. No último ano, o vice-presidente afirmou que a única contradição enfrentada tem sido inerente à própria história política boliviana e à busca de unidade do seu povo, entre indígenas, mineiros, camponeses e mestiços.

García Linera defende o modelo econômico produtivo de seu governo, o capitalismo andino – que fora posteriormente substituído pelo socialismo comunitário – e sustenta, para tanto, que o socialismo não se constrói por forma de decreto, e o que se passa na Bolívia é um desenvolvimento particular no âmbito do desenvolvimento geral do capitalismo. De qualquer forma, aponta que o capitalismo andino é um conceito que demonstra claramente que as alianças com setores da burguesia não são descartadas pelo governo boliviano masista, um conceito teoricamente honesto, que não encobre as possibilidades atuais de mudanças dentro da perspectiva desenvolvimentista, para que se gerem processos que permitam pensar em um pós-capitalismo, utilizando-se do poder do Estado “*como artífice del potenciamiento de estas últimas mediante transferencia de tecnología y recursos*” (García Linera, 2008:19).

O Estado, por sua vez, é definido pelo vice-presidente como uma relação, que ele desenvolve mais além como:

(...) una estructura de relaciones políticas territorializadas y, por tanto, son flujos de interrelaciones y de materializaciones pasadas de esas interrelaciones referidas a la dominación y legitimación política. Esta relación-Estado siempre es un proceso histórico político en construcción, en movimiento, en flujo. Pero hay momentos de su historia que este devenir se mueve en un marco de procedimientos, jerarquías y hábitos relativamente previsibles y acotados, esos son los momentos de la “estabilidad” de la relación-Estado. (García Linera, 2008:392)

O socialismo comunitário, que se sobrepôs ao capitalismo andino, sem se apontar claramente quais sujeitos iriam realizá-lo, ainda nas palavras de García Linera está vinculado à expansão da vida comunitária boliviana, a uma combinação de formas de vida comuns, privadas e de trabalho comum, usufruto individual e associativo, que é possível a partir do momento em que se abrem possibilidades de construí-lo em outro capitalismo que “junto à produção industrial, à tecnologia e ao mercado, sobrevivem ainda estruturas comunitárias, estruturas agrárias da sociedade” e é justamente o que diferencia o capitalismo boliviano dos outros existentes, perfazendo um caminho

7 Compreende os departamentos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija.

de longo prazo que leve a um socialismo comunitário (García Linera, 2010:13). Afirma que a Bolívia passa por uma “renovação ou substituição radical de elites políticas” através da reconstrução de um novo bloco de poder econômico-político-simbólico desde o Estado, “embasada no ideário da sociedade mobilizada” (García Linera et. al, 2010:13).

Para o vice-presidente boliviano, trata-se de uma trajetória de tropeços e que ainda não existe, é um horizonte de governo, uma vontade de (re)construir a “Bolívia socialista” como já existiu com os índios, utilizando-se dessa capacidade associativa da sociedade boliviana, sem romper, contudo, com o aparelho de Estado. Linera quer construir entre o capitalismo, que é depredador da natureza, e entre o socialismo comunitário, “um Estado integral que unifique a todos” (García Linera, 2010:8)

García Linera e o marxismo: leituras sobre o conceito de Revolução

Em sua mais recente publicação, *¿Qué es una revolución?: de la Revolución Rusa de 1917 a la revolución en nuestros tiempos*, García Linera discorre sobre temas como socialismo, revolução e Estado, tendo como plano de fundo a Revolução Russa de outubro de 1917 e sua validade no tempo presente (García Linera, 2017). A ideia fundamental defendida pelo autor é de que há espaço para revoluções e transformações políticas – nomeadas de processos de democratização absoluta – a partir do Estado num sistema mundo capitalista.

Ao trazer ao debate a Revolução Russa, Linera indica que a “convergência de contradições e disponibilidades sociais que paralisam as instituições do Estado” àquela época, não se repetirá em outro espaço-tempo, constituindo-se em uma excepcionalidade histórica. Desmoronar a hegemonia do Estado, nas palavras do autor, é algo inalcançável nos dias de hoje, sendo possível, somente que se potencialize práticas emancipadoras, “democratizando o poder nas formas organizacionais das classes subalternas” de maneira paciente, travando uma batalha cultural que levará inestimáveis décadas (García Linera, 2018: 43). Conforme indica Salvador Schavelzon, o que o vice-presidente propõe é que “na falta de revolução, temos então uma teoria da revolução sem revolução” (Schavelzon, 2018 página??). A nossa revolução possível se restringiria a um “processo estatal e nacional desenvolvimentista, com foco na classe média. Ou melhor, considera que isso é o que resta, enquanto uma nova onda de mobilização planetária não compareça” (Idem). O Estado seria o responsável por tornar fértil ideias mobilizadoras que preparariam um terreno para uma nova onda democrática.

Já ao final do livro, García Linera indica que seu horizonte não é anticapitalista, tampouco logra em sucesso para a classe trabalhadora:

(...) la revolución se presenta como la conquista de tiempo para la sincronía universal de la emancipación de las clases plebeyas y de los pueblos del mundo. La función del Estado “revolucionario” no es crear el socialismo ni mucho menos el comunismo. Eso sencillamente no puede hacerlo. Eso escapa al objeto fundante de su existencia como Estado. Lo único que puede hacer el Estado, por muy revolucionario que sea, es dilatar, habilitar y proteger el tiempo para que la sociedad, en estado de autodeterminación, en lucha, en medio, por arriba, por abajo y entre los intersticios del capitalismo predominante, despliegue múltiples formas de creatividad histórica emancipativa y construya espacios de comunidad en la producción, en el conocimiento, en el intercambio, en la cultura, en la vida cotidiana; para que fracase y lo vuelva a intentar muchas veces, de manera más amplia y mejor; (...). (García Linera, 2018: 98)

Podemos perceber que o autor aposta, em última instância, na história das derrotas revolucionárias. Trabalha com a hipótese de que, se não houvesse os fracassos das revoluções – territoriais, nacionais e que não se mundializam – não haveria a conquista de direitos dos trabalhadores, o máximo que a luta de classes poderia conseguir sob o capitalismo seria melhores direitos e melhores qualidades de vida. Seria no fracasso que residiria a vitória da ampliação de direitos, garantida pelo Estado. Até um novo momento de irradiação democrática que pode um dia se concatenar com outros processos, em outros lugares do mundo. Enquanto isso, a única forma de se avançar na conquista de direitos é através da derrota. Reforça a ilusão que se pode transformar a sociedade quando a “multidão” passa a se inserir no Estado, sem romper com este aparelho que subsidia o capitalismo. No contexto de lutas recentes e de demandas tão heterogêneas como a do movimento indígena na Bolívia, a difusão desse conceito tratando de singularidades que cooperam, ajuda a promover um ativismo por etapas, sem estratégia política. Essa postura que se movimenta com gestos populistas misturados às referências neoliberais carrega adeptos em experiências políticas concretas, como, por exemplo, nas teses que respaldam o governo boliviano.

García Linera desconsidera a importância de se desenvolver uma estratégia revolucionária, em perspectiva marxista, a partir da análise de cada formação econômico-social. Vemos, por exemplo, nas cartas de Vera Zasulich, que existia a precedência no próprio Marx de que seria preciso, no caso da Rússia, partir da resistência camponesa,

da necessidade do controle da terra no campo, um dos importantes passos de uma situação revolucionária. Marx condiciona essa iniciativa de controle dos camponeses ao fato de que essa revolução que parta do campo receba o apoio da expansão da revolução socialista mundial que se anuncia na Rússia. O que não implicaria, contudo, a necessidade de passar pelo máximo desenvolvimento do capitalismo para saltar em direção a uma outra sociedade.

Ou seja, é um debate que se deu também na Rússia: como articular os interesses do camponês com o proletariado revolucionário, em última instância, como articular a luta do sujeito histórico revolucionário com outros setores subalternizados a depender da análise e particularidade nacional. Essa é uma das teorizações importantes que aparecem em Lênin ao trabalhar em termos de estratégia com o contexto histórico de fins do século XX. Faz referência à categoria da hegemonia envolvendo o seguinte pressuposto: como classe popular mais organizadas politicamente, o proletariado revolucionário precisa conquistar para sua causa o apoio de classe aliadas, classes aliadas que fazem parte de todo um estrato médio pauperizado das cidades e dos camponeses (Lênin, [1899], 1982). Na Rússia, os camponeses eram parte significativa da massa populacional subalterna dominante, se pensados em termos nacionais.

Ao afirmarmos, em termos marxistas, que os trabalhadores são os sujeitos revolucionários, não significa dizer que eles sejam maioria na revolução. Os povos autóctones são frações de trabalhadores que devem escrever sua própria história e para isso devem se preparar intelectualmente. A união da consciência étnica com a consciência classista se faz fundamental para trazer o índio à luta revolucionária, junto com a classe trabalhadora em um sentido mais geral, para que se torne possível a libertação do capitalismo e se reconheça sua capacidade de autogestão econômica, política e cultural. Essas propostas concretas para essa superação da condição subalterna estariam diretamente atadas à formação de uma vanguarda operária e à preocupação permanente com a prática política e intelectual das massas indígenas, camponesas, de trabalhadores e de estudantes. A atualidade da estratégia revolucionária bolchevique – uma estratégia da tomada do poder pela classe operária a partir de possibilidades abertas pela crise política e econômica vivida após o início da primeira guerra mundial – assim como a forma de que os marxistas revolucionários se utilizaram à época dessa experiência de auto-organização como grande escola política não está posta no livro de García Linera.

Conclusões prévias: um caminho de rupturas para o revisionismo?

No artigo “Marxismo e Revisionismo”, de 1908, Lênin indica a causa central do distanciamento dos pensadores que viriam a se identificar com a corrente do revisionismo em relação ao socialismo: “frente à dialética, os revisionistas se afundavam no pântano do envelhecimento filosófico da ciência, substituindo a ‘sutil’ (e revolucionária) dialética pela ‘simples’ (e pacífica) ‘evolução’”. Não é raro encontrar, em diversos momentos da história da recepção do marxismo no subcontinente, as tentativas de refutação das categorias políticas inauguradas por Marx e Engels, principalmente o conceito de classe operária como sujeito histórico revolucionário. Não pretende-se incorrer num marxismo latino-americanista de “decalque ou cópia”, mas, mesmo salvaguardadas as especificidades da nossa formação social, a classe trabalhadora operária – numa frente única de classe composta por setores subalternos como indígenas, camponeses – continuaria a ser a dirigente de um processo revolucionário, pois somente ela não pode lograr transformar-se numa classe possuidora, pequeno proprietária.

O revisionismo cumpriu a tarefa de estimular reações da atividade intelectual socialista contra as ofensivas sofridas desde o fim do século XIX. Contudo, García Linera parece incorrer num revisionismo de caráter bernsteiniano ao propor a reformulação dos preceitos mais básicos do marxismo, como o entendimento da necessidade da conquista do poder político pelos trabalhadores, como a tomada do aparelho do Estado e a própria noção de classe, ao tentar substituí-la por uma “multidão” amorfa. A ampliação dos direitos políticos na esfera jurídica ou “o movimento” da classe trabalhadora seria seu fim, marcando um distanciamento aberto em relação ao marxismo revolucionário que permeou o início da sua formação política e intelectual. Apesar da aproximação com o marxismo mais aberto, em suas obras contemporâneas reivindica em grande medida as contribuições de Pierre Bourdieu e Erving Goffman.

A demanda pela construção de um Estado-nação na Bolívia tomou fôlego a partir das lutas antiimperialistas pela não privatização dos recursos naturais, bem como da legalização do plantio de coca, que tendiam à recuperação da identidade indígena, englobando cultura e território. Com os novos discursos, García Linera trouxe a substituição de vários outros termos que, de fato, encobriam o caráter de reformas trazidas pelo governo masista, quando subordinação passou a dar lugar a soberania, onde o Estado colonial passou a denominar-se plurinacional e, finalmente, o patrimonialismo deu lugar ao Estado Moderno, cada vez mais estável política e economicamente. A violência policial, a mesma cometida nas Guerras da Água e Guerra do Gás, continua sendo um problema, assim como os conflitos com a Central Operária Boliviana por ajustes de salários, que demonstram a queda de aceitabilidade do governo de Morales e a fragilização de suas relações com os movimentos sociais, fruto de um governo de conciliação de classes burguesas, abrem espaço às forças conservadoras no próprio interior do bloco no poder, assim, procuramos compreender o processo de formação política e ideológica de um novo campo social

capaz de substituir esses governos num fim de ciclo que parece se aproximar também na Bolívia.

Existe no país uma grande frustração por parte de muitos setores da esquerda indígena da sociedade boliviana que lutaram para que o governo masista fosse eleito, setores que observam que o Estado Plurinacional continua salvaguardando marcas coloniais como antes. As Forças Armadas, junto ao governo masista, têm garantido a unidade nacional do país; governo este que, apesar dos altos índices de aprovação obtidos pelo presidente em seus primeiros anos no poder, já enfrentou greves e cisões internas, a exemplo de que aconteceu no “gazolinazo” de dezembro de 2010, do conflito do TIPNIS, em agosto de 2011, o escândalo de corrupção no fundo indígena, em 2015 e recentemente corroborada pela vitória do “não”, em 2016, que impossibilitaria em primeiro momento um quarto mandato seguido de Morales⁸.

Forjando uma nova esquerda através de um contraditório reformismo, o vice-presidente segue afirmando que “o horizonte estatal é um horizonte socialista”, que no final resultaria no socialismo comunitário, uma vitória ainda não garantida. O período de transição e consolidação do socialismo comunitário parece firmar o capitalismo de Estado nacionalista e reformador trazido por Mesa Gisbert – presidente anterior à Evo Morales – com a Agenda de Outubro⁹, que não foi cumprida de forma integral.

Em nenhum momento García Linera fala na superação do Estado – como anteriormente sugeria sua trajetória – que é em sua essência burguês, por ser um produto histórico da separação em classes da sociedade. Em seu mais recente livro, frente às transformações porque passa o capitalismo contemporâneo, explora a orientação derrotista da classe operária, uma ferramenta a que se recorre constantemente os que pressupõem a impossibilidade de superação do capitalismo no contexto neoliberal, o que permite concluir que a “multidão” reforça uma reforma estrutural e linguística que apenas forja a incessante demanda por estabilidade política e desenvolvimento capitalista, ao passo que se aprofundam os limites da continuidade da “revolução descolonizadora” masista frente a guinada à direita que assola a América Latina.

8 Contudo, em 2017, foi apresentado um recurso pelos parlamentares de seu partido frente ao Tribunal Eleitoral, onde se abriu a possibilidade de uma terceira reeleição e um quarto mandato de Morales, que permaneceria se assim alcançasse vitória, por vinte anos no poder. O Tribunal concluiu que as atuais cláusulas constitucionais que barravam mais de duas reeleições consecutivas afetavam os direitos políticos de Morales e de seu vice-presidente, bem como de todos os outros políticos cuja reeleição estava limitada, e considerou que esses direitos prevalecem sobre as restrições constitucionais.

9 Faz referência ao mês em que se deram os mais violentos confrontos da Guerra do Gás e a renúncia do então presidente Sánchez de Lozada (Carlos Mesa, como seu vice, assume a presidência até que se convoquem novas eleições, antecipadas para 2005 e vencidas pela primeira vez por Evo Morales). Uma promessa política que mais tarde seria apropriada pelo MAS e pelo governo de Morales. Entre as reivindicações estão a nacionalização do gás e demais recursos naturais, convocação da Assembleia Constituinte, o reconhecimento dos diversos povos originários e a punição aos responsáveis pelas mortes do “Outubro Negro”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Galegos, F.R., Stefanoni, P., Svampa, M. (2009) Las vías de la Emancipación: Conversaciones con Álvaro García Linera. Cidade do México. Ocean Sur.
- García Linera, Álvaro. (2006) El evismo: lo nacional-popular en acción. Revista OSAL. Observatorio Social de América Latina, año VII, 19, 25-32.
- García Linera, Álvaro. (2008) La potencia plebeya: Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia. Buenos Aires. Prometeo Libros.
- García Linera, Álvaro. et. al. (2010) El Estado. Campo de lucha. Muela del Diablo Editores; Comuna; CLACSO. La Paz.
- García Linera, Álvaro. (2011) Las tensiones creativas de la revolución. La quinta fase del Proceso de Cambio. La Paz. Vicepresidencia del Estado Plurinacional, Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional.
- García Linera, Álvaro. (2012) “Gobernar obedeciendo es afirmar cada día que el soberano no es el Estado”. Rebelion.
- García Linera, Álvaro. (2015) Forma valor y forma comunidad aproximaciones teórica-abstractas a los fundamentos civilizatorios que preceden el ayllu universal, Madrid, Traficantes de Sueños.
- García Linera, Álvaro. (2017) ¿Qué es Una Revolución? De la Revolución Rusa de 1917 a la revolución de nuestros tiempos. Vicepresidencia del Estado. La Paz.
- Lênin, Vladimir. (1908). Marxismo e Revisionismo. Marxist.org.
- Lênin, Vladimir. (1982) O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. (Os economistas) São Paulo. Abril Cultural.
- Orellana Aillón, Lorgio. (2006) Hacia una caracterización del gobierno de Evo Morales. Revista OSAL. CLACSO. Año VI, 19, julio.
- Schavelzon, Salvador. (2018) Teoria da revolução de Álvaro García Linera: Centralização estatal e elogio da derrota. Resenha e ensaio crítico sobre o livro: García Linera, Álvaro. ¿Qué es Una Revolución? (...) Passa Palavra. Link e data de acesso.
- Santaella Gonçalves, Rodrigo. (2011) Marxismo e indianismo na Bolívia: inovações teóricas no pensamento político do grupo Comuna. 35º Encontro Anual da ANPOCS.
- Svampa, Maristela; Stefanoni, Pablo; Fornilo, Bruno. (2010) Balance y perspectivas Intelectuales en el primer gobierno de Evo Morales. La Paz. Le Monde Diplomatique Edición Boliviana.
- Stefanoni, Pablo. (2006) El nacionalismo indígena em el poder. Revista OSAL. Observatorio Social de América Latina, año VII, 19, 37-44.
- Stefanoni, Pablo. (2010) Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. Ramon Casas Vilarino (trad.) Revista Lutas Sociais. NEILS. São Paulo, 24.
- Stefanoni, P., Ramírez, F., Svampa, M. (2009) Biografía política e intelectual: conversaciones con Álvaro García Linera. La Paz. El Diplo Bolívia.
- Torres López, Tomás. (2019) Álvaro García Linera: el Estado y la comunidad a través de sus lugares de enunciación (1988-2012). Revista Izquierdas, 47, agosto, 22-40. Link e data de acesso.